



Centre d'Étude  
sur l'Actuel et le  
Quotidien

MISCELÂNEOS | MISCELÂNEOS | DIVERS

**Fermentario N. 9, Vol. 2 (2015)**

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,  
Universidad de la República. [www.fhuce.edu.uy](http://www.fhuce.edu.uy)

Faculdade de Educação, UNICAMP. [www.fe.unicamp.br](http://www.fe.unicamp.br)

Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien, Sorbonne. [www.ceaq-sorbonne.org](http://www.ceaq-sorbonne.org)

---

## **O PENSAMENTO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: INSERÇÕES SOBRE A TEORIA MOSCOVICIANA A PARTIR DA FILOSOFIA DE DELEUZE**

*Maria Emanuela Esteves dos Santos*

### **Resumo**

O artigo trata do conceito *representações sociais* de Serge Moscovici, pensado a partir da filosofia de Gilles Deleuze e sua problematização da relação entre pensamento e representação. Partimos do evidente fato que Moscovici e Deleuze se posicionam em campos diferentes do conhecimento, sendo Moscovici na psicologia social e Deleuze na filosofia. Todavia, mesmo posicionados em campos diferentes e, resguardada a singularidade de seus construtos teóricos, não deixa de ser pertinente aos pesquisadores de ambas as áreas colocar esses autores em diálogo. Diálogo esse com base nas concepções que os autores apresentam sobre pensamento e criação no senso comum e respectivamente sobre a diferenciação desse conhecimento frente aos demais conhecimentos produzidos no âmbito da ciência e da filosofia. Para

tanto, o artigo procede à conceptualização das representações sociais, ressaltando os mecanismos pelos quais a diferença persiste e insiste nas relações que se estabelecem mesmo no campo do senso comum.

**Palavras-chave:** Pensamento; Representação; Representações Sociais; Senso comum; Criação.

## **Resumen**

El artículo trata del concepto representaciones sociales de Serge Moscovici, pensado a partir de la filosofía de Gilles Deleuze y su problematización entre pensamiento y representación. Partimos del evidente hecho que Moscovici y Deleuze se posicionan en campos diferentes del conocimiento, siendo Moscovici en la psicología social y Deleuze en la filosofía. Sin embargo, aún posicionados en campos diferentes y, resguardada la singularidad de sus constructos teóricos, no deja de ser pertinente a los investigadores de ambas áreas, colocar estos autores en diálogo. Diálogo con base en las concepciones que los autores presentan sobre pensamiento y creación en el sentido común y respectivamente sobre la diferenciación de ese conocimiento frente a los demás conocimientos producidos en el ámbito de la ciencia y de la filosofía. Por lo tanto, este artículo procede a la conceptualización de las representaciones sociales, resaltando los mecanismos por los cuales la diferencia persiste e insiste en las relaciones que se establece aún en el campo del sentido común.

**Palabras clave:** Pensamiento; Representación; Representaciones Sociales; Sentido común; Creación.

## **Abstract**

This paper deals with the concept of *social representations* by Serge Moscovici from the point of view of Gilles Deleuze's philosophy as the latter calls into question the relationship between representation and thought. Our argument is based on the evident fact that Moscovici and Deleuze are positioned in different fields of knowledge: Moscovici in Social Psychology, and Deleuze in Philosophy. However, in spite of their respective fields, and if one respects the

singularity of their theoretical constructs, it is not inappropriate for researchers from both areas to have those authors enter into dialogue. This dialogue is based on the authors' concepts of thought and creation in common sense, and their respective differentiation of this knowledge from the other forms of knowledge produced in the realms of science and philosophy. To do so, this paper conceptualizes social representations and highlights the mechanisms whereby difference persists and insists in the relations established in the very field of common sense.

**Key words:** Thought; Representation; Social relations; Common sense; Creation.

## 1- Motivação do artigo

Tivemos oportunidade de estarmos em contato simultaneamente com os conceitos de Serge Moscovici e de Gilles Deleuze que tratam, dentre outras coisas, sobre os mecanismos ou as circunstâncias em relação a quais procede o pensamento. Para Moscovici, esse pensamento se efetua a partir do que ele denominou *representações sociais*. Por outro lado, para Deleuze, especificamente em “Diferença e repetição” (2009), o pensamento se efetua, justamente, quando *se libera do domínio representacional*.

O contato simultâneo com essas duas concepções aparentemente divergentes, nos fez buscar um estudo mais detalhado de suas gêneses e motivações, como forma de tentar resolver um conflito que se impunha para uma parte de nosso grupo de pesquisas, o DIS - Diferenças e Subjetividades em Educação – da Faculdade de Educação da Unicamp. O nosso conflito inicial pode ser assim expressado: *estão, esses teóricos, tratando da mesma questão?* Caso estejam, seus posicionamentos se diferem a partir de qual concepção? Em que constituem as fronteiras de diálogo entre seus pensamentos? Vale ressaltar que estamos perfeitamente conscientes de que

se trata, a princípio, de fronteiras disciplinares estabelecidas a partir do posicionamento de um, como psicólogo social, e do outro, como filósofo. No entanto, não nos contentamos com essa justificativa óbvia, mesmo porque, acreditamos que seja possível e cada vez mais necessária, a superação dessas fronteiras disciplinares em busca de um diálogo comum que, ao mesmo tempo que preserva a diversidade dos pensamentos, se constitui nessa conjunção e aproximação múltipla, diversa e, para muitos certamente, arbitrária.

Visto que não nos contentamos com essa justificativa inicial, nos colocamos, portanto, na tarefa de refletir sobre o pensamento desses autores, buscando a compreensão de suas propostas e a convergência ou não dessas a partir de sua constituição e do objetivo para o qual se dirigem. Neste sentido, primeiramente, a tarefa que se nos impôs foi a de nos determos no pensamento do psicólogo social, Serge Moscovici, mais especificamente sobre o seu conceito de representações sociais. Qual a sua gênese, objetivo e efetivação? Da mesma forma, na medida em que são estabelecidos os elementos principais de compreensão desse conceito, buscamos simultaneamente inserções entre as suas reflexões e a do filósofo Deleuze, procurando compreender em última instância a complexa realidade na qual se engendra o pensamento e sobre a qual se debruçaram esses renomados estudiosos.

## **2- Representação em Moscovici e representação em Deleuze: convergências e rupturas**

O dispositivo inicial que nos conduz as inserções ditas consiste em: parece que Moscovici - sobretudo nas obras *A representação social da psicanálise* (1978) e *Representações sociais: investigações em psicologia social* (2003) - estabelece a coexistência de duas classes distintas de universos de pensamento – os *universos consensuais* e os *universos reificados* (Sá, 1993). O primeiro remete aos conhecimentos provenientes das massas, do grande público, ou seja, do senso comum; o segundo caracteriza os conhecimentos especializados, objetivos, lógicos e hierarquizados,

provenientes das ciências e do pensamento erudito em geral (Sá, 1993). Logo, podemos verificar que para o psicólogo social naturalizado francês, o pensamento se processa em dois universos diferenciados - o das ciências e o do senso-comum - portanto, se tratam-se de universos diferenciados, a primeira hipótese que levantamos é a de que em cada um desses universos, o pensamento proceda segundo mecanismos, também por sua vez, diferenciados. O próprio autor nos traz alguns elementos para sustentação dessa hipótese. De acordo com ele:

Em um universo consensual, a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício. Dessa maneira, presume-se que nenhum membro possua competência exclusiva, mas cada qual pode adquirir toda competência que seja requerida pelas circunstâncias. Sob este aspecto, cada um age como um “amador” responsável, ou como um “observador” curioso nas “frases feitas” e chavões do último século [...] O que eles fazem prosperar é a arte declinante da conversação. É isso que os mantém em andamento e que encoraja relações sociais que, de outro modo, definhariam. Em longo prazo, a conversação (os discursos) cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes [...] O pensar é feito em voz alta. Ele se torna uma atividade ruidosa, pública, que satisfaz a necessidade de comunicação e com isso mantém e consolida o grupo, enquanto comunica a característica que cada membro exige dele (Moscovici, 2003: 50-51).

Por outro lado:

Num universo reificado, a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais. Somente a competência adquirida determina seu grau de participação de acordo com o mérito, seu direito de trabalhar “como médico”, “como psicólogo”, “como comerciante”, ou de se abster desde que “eles não tenham competência na matéria” [...] Nós nos confrontamos, pois, dentro do sistema, como organizações preestabelecidas, cada uma com suas regras e regulamentos. Existe um comportamento adequado para cada circunstância, uma fórmula lingüística para cada confrontação e, nem é necessário dizer, a informação apropriada para um contexto determinado (Moscovici, 2003: 51-52).

Por conseguinte, poderíamos pensar que em um universo no qual todos têm livre participação para falar ou *emitir opiniões* e que todos são autoridades para tratar do assunto, os mecanismos pelos quais procedem o pensamento

devam ser diferentes daqueles que se apresentam num universo no qual há uma forte hierarquização dos saberes, um lugar institucional e uma legitimidade para falar e *consolidar verdades*. De forma específica, o trabalho de Moscovici, procura investigar como procedem esses mecanismos do pensamento no universo consensual, ou seja, do senso comum.

Assim, se em cada um desses universos, o pensamento procede por mecanismos diferenciados, podemos afirmar, a princípio, que a teoria de Moscovici se direciona diretamente à compreensão dos mecanismos do pensamento no senso comum, ou seja, à circunscrição dos mecanismos de construção do conhecimento nesse universo específico. Considerando, obviamente, que essa delimitação não se trata de uma redução do alcance de sua proposta, mas de um esforço de construção de uma cartografia de seu posicionamento, possibilitada, sobretudo, pela fluidez que o autor imprime a certos aspectos de sua teoria, ao evitar defini-la mais precisamente.

É fato que essa direção aos mecanismos do pensamento no senso-comum não inviabiliza, de forma alguma, o contato e a intensa ligação com os conhecimentos produzidos no universo reificado. Ao contrário disso, uma das grandes contribuições de Moscovici nesse sentido é demonstrar que a gênese do senso-comum nos dias de hoje está intimamente tomada pela socialização do conhecimento das ciências em suas diversas áreas.

As constatações que buscamos fazer são, portanto, as seguintes: existe para Moscovici dois universos de pensamento bem estabelecidos – o consensual e o reificado –; esses universos são fortemente diferenciadas pelo posicionamento dos sujeitos na constituição e participação dos conhecimentos produzidos; o conceito de representações sociais cunhado pelo psicólogo social em suas principais obras busca compreender de que forma se constituem esses conhecimentos no universo consensual.

Importante afirmar que não há nada na teoria de Moscovici - pelo o que podemos verificar - que localize especificamente o conceito de representações sociais no âmbito exclusivo do universo consensual, todavia, não há nada também que inviabilize que assim ele seja considerado.

Destaca-se uma rápida afirmação que o autor faz nesse sentido no prefácio ao livro *Textos em representações sociais* (1995): Segundo Moscovici:

Outro ponto sobre o qual seria necessário insistir é que os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum. Para ser bem mais preciso, pois sobre esse ponto houve mal-entendidos, estes fenômenos nos dão um acesso privilegiado aos processos dos quais se ocupa a teoria psicanalítica, e por razões procedentes. Mas isso não significa que as conversações populares ou o senso comum devam ser considerados à parte, ou que se aceite que somente eles expressem as representações sociais. Estas podem ser encontradas, sob outras formas, nas ciências, nas religiões, nas ideologias e em outras circunstâncias (1995: 9-10).

Nessa rápida passagem o autor nos deixa uma consideração valiosa ao afirmar que embora as representações sociais não estejam circunscritas ao âmbito do conhecimento consensual, o seu aparecimento em outros universos se dá *sob outras formas e em outras circunstâncias*. Apesar de não sabermos a que outras formas e circunstâncias o autor se refere, fato é que a maneira como ela procede no universo consensual é específica desse universo próprio. Portanto, podemos dizer que toda a conceitualização que Moscovici apresenta sobre as representações sociais, estão, assim, direcionadas ao modo como procede o pensamento no universo consensual.

Insistimos nessa hipótese e a ela damos destaque visto que esse delineamento inicial nos permite o diálogo que buscamos com a filosofia de Deleuze. Isso porque, para adentrarmos a relação entre pensamento e representação na filosofia de Deleuze, precisamos estar cientes que ela se constitui, inicialmente, a partir de uma diferenciação muito clara para o filósofo entre três universos do pensamento: a ciência, a arte e a filosofia. Em sua obra, *O que é a filosofia* (2000), Deleuze estabelece pormenorizadamente a diferença constitutiva desses universos de conhecimento. No caso específico de suas reflexões em *Diferença e repetição* (2009) sobre o pensamento representacional, acreditamos que essas se instaurem mais diretamente no plano específico do universo filosófico. Assim, é a partir de sua concepção da filosofia como criação de conceitos, que o pensamento - para que alcance o seu aspecto criador - precisa se efetivar fora das representações. Nesse sentido, o pensamento sem representação seria inerente à filosofia e sua produção do conhecimento.

Logo, sendo o pensamento de Moscovici sobre as representações sociais referente à construção do conhecimento no senso-comum e, sendo o pensamento de Deleuze sobre a representação (2009) referente à construção do conhecimento na filosofia, passa a ser dessa maneira possível, determinados pontos de convergência entre eles e suas concepções teóricas. Podemos dizer que, até certo ponto, elas são complementares, pormenorizando e confirmando uma, aspectos que a outra, por questões de espaço, tempo e interesse, não pôde ou não quis adentrar. Além disso, da mesma forma que elas convergem em determinados aspectos de suas proposições, a diferença originária de ambas também produz pontos de rupturas, que tão mais que os de convergência, impulsionam, desafiam e tensionam os limites de suas propostas, tornando prolífero os resultados e as possibilidades dessa aproximação de seus pensamentos.

Sendo assim, seguiremos na esteira dessa proposição estabelecendo de que forma o conceito de representações sociais de Moscovici concebe a gênese do pensamento no universo consensual, ou seja, no senso comum, problematizando ainda alguns aspectos dessa gênese proposta pelo autor e de que maneira ela conflui/difere da filosofia deleuziana sobre pensamento e representação.

### **3- Representações sociais: gênese do conhecimento no universo consensual**

O conceito *representações sociais* apareceu pela primeira vez na obra de Moscovici em 1961 como dispositivo articulador da obra *La psicanálise: son image et son public*, tanto enquanto fenômeno a ser investigado, quanto como um conceito a ser compreendido. Na referida obra, o psicólogo social procurou desenvolver um estudo pioneiro sobre a socialização da psicanálise, sua apropriação pela população parisiense e o processo de sua transformação para servir a outros usos e funções sociais (Sá, 1993). Neste contexto, a representação social remete, segundo Moscovici, tanto ao fenômeno de popularização da psicanálise na sociedade parisiense, quanto a um constructo teórico que permite a compreensão dos mecanismos desse fenômeno.

Considerando inicialmente o fenômeno em si, a representação social nos permite observar nesse caso, que “a Psicanálise, ciência, terapia, visão do homem, passou a ocupar de fato, um lugar considerável em nossa cultura” (Moscovici, 1978: 17). Esse impacto em nossa cultura, não obstante diversas controvérsias sobre seu caráter científico, terapêutico, etc., não é contestado por ninguém. Todavia, esse impacto, aponta Moscovici, só é avaliado na medida em que influencia outras teorias ou outras atividades intelectuais. Assim, encerrado no círculo estreito dos especialistas ou dos teóricos, a análise do impacto de um determinado saber acaba por ignorar “os prolongamentos mais vastos de uma ciência, os quais representam uma das suas funções essenciais, a saber, transformar a existência dos homens” (*ibidem*: 17).

Por sua vez, o conceito de representação social permite superar a limitação imposta por esses círculos estreitos, possibilitando acompanhar os prolongamentos mais vastos da ciência e seu conseqüente impacto sobre a existência humana. Essa superação dos limites de compreensão do impacto da ciência em uma dada realidade, traz ainda uma outra conseqüência primordial à singularidade da teoria moscoviciano: a de fazer perceber uma nova gênese do senso comum nos dias atuais, propiciada pela intensa socialização dos conhecimentos científicos em nossa sociedade. Dessa forma, não só se constata que o impacto da ciência ultrapassa as fronteiras dos saberes disciplinares para constituir um conhecimento de outra ordem, como se evidencia também que essa ultrapassagem é hoje o elemento constitutivo central da gênese do senso comum em nossa era.

Para Moscovici, uma ciência ao ultrapassar as fronteiras disciplinares em direção à vida comum, transforma a existência dos homens:

à força de fazer gravitar sua experiência ordinária em torno de novos temas, de inculcar significados diferentes a seus atos e a suas falas, de transportá-los, por assim dizer, para um universo de relações e de eventos estranhos, até então desconhecidos. Se tiver êxito, ela é convertida em material de que cada indivíduo se recompõe e recompõe subseqüentemente a história individual e social, parte integrante de sua vida afetiva e intelectual [...] Uma ciência do real torna-se, assim, uma ciência no real, dimensão quase física deste. (1978:17-18)

Na obra que apresenta em 1961, Moscovici busca então compreender de que forma a socialização dos saberes oriundos da Psicanálise ultrapassou os círculos especializados e ingressou “na vida, nos pensamentos, nas condutas, nos costumes e no universo das conversações de grande número de indivíduos”. (*ibidem*: 18). E mais do que isso, Moscovici olha para esse fenômeno, não como um saber inferior, de menor importância, como uma deturpação de conhecimentos hermeticamente produzidos, mas como um processo legítimo e diferenciado de produção de conhecimento, “adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios, num contexto social preciso” (1978: 24).

É dessa forma que para o psicólogo social a propagação de uma ciência fora dos limites disciplinares pode ter um caráter criador. Caráter esse que não é reconhecido enquanto se lhe considera como distorção, simplificação ou vulgarização. Logo, ao adotar esse ponto de vista, interessa menos a diferença entre conhecimento científico e não-científico, ou o empobrecimento das proposições iniciais, do que a gênese de um outro tipo de conhecimento que “não reproduz um saber armazenado na ciência, destinado a permanecer aí, mas *reelabora*, segundo a sua própria conveniência e de acordo com os seus meios, os materiais encontrados” (Moscovici, 1978: 24, *grifo nosso*).

Portanto, o fenômeno das representações sociais, como analisado por Moscovici, implica em considerar a gênese do conhecimento no universo consensual, ou seja, no senso-comum, como *criação*, visto que esse universo se refere a um outro tipo de conhecimento, advindo de um outro contexto, sob outros critérios e direcionado a objetivos específicos.

Em outras palavras, Moscovici, a partir desse ponto de vista, entrevê a possibilidade de criação, de produção do novo no universo consensual e não somente uma mera reprodução, empobrecida e vulgarizada de conhecimentos produzidos no universo reificado. Neste sentido, o psicólogo social confere um novo status ao conhecimento no senso-comum e ao fazê-lo, singulariza-se por uma outra proposta de concepção do pensamento e sua relação com a representação.

Vejamos então de que forma procede essa relação, adentrando a partir desse momento os aspectos do conceito subjacente ao fenômeno.

#### **4 – Na tessitura das definições: do não familiar ao familiar ou das possibilidades de criação no universo consensual**

É preciso dizer primeiramente que a definição mais precisa do conceito de representações sociais nunca foi um objetivo relevante para Moscovici. Ele sempre diz estar mais interessado nas implicações que essa concepção traz para o pensamento em psicologia social, do que necessariamente definir um campo hermético e metodologicamente estabelecido em razão dessa. Em um dos poucos momentos em que se dispõe a uma taxonomia do conceito, o psicólogo social afirma que as representações sociais referem-se a:

um sistema de valores, idéias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhe um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (Moscovici, *apud* Duveen, 2003: 21).

Como se pode perceber nessa definição, as representações sociais tanto se referem a uma forma de conceber e atuar sobre o mundo, como são o mecanismo que possibilita a comunicação entre pessoas do mesmo grupo.

Conquanto, outros esforços de formalização do conceito serão empreendidos à medida que o campo de pesquisa em representações sociais começa a adquirir ampla efervescência. Nesse sentido, destaca-se o esforço de Jodelet que, segundo Sá (1993), tomou para si a tarefa de sistematização desse campo de pesquisas. É dela uma das definições do conceito de representações sociais mais bem aceita pelos estudiosos da área hoje. Segundo Jodelet, “representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (*apud* Sá, 1993: 32).

Portanto, as representações sociais são em última instância os elementos que permitem ou possibilitam a vida em conjunto e que nos faz associar e nos reconhecermos em um determinado grupo. Conforme afirma Moscovici, elas são “a parte indestrutível de toda vida coletiva” (2011: 39), ou

seja, ela é aquilo que lhe confere energia e a impede de se enfraquecer e de se degradar (*ibdem*).

Esse conceito e sua delimitação foi, por sua vez, em muito inspirado no conceito de representações coletivas de Durkheim, cunhado para designar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Era necessário pensar - assim como se pensava em representação individual como fenômeno puramente psíquico - em representações coletivas que não se reduzissem à soma das representações dos indivíduos que compunham uma sociedade. Contudo, o conceito de representações coletivas de Durkheim, segundo Moscovici, não se adequava em muitos aspectos a um contexto moderno. Na verdade, ele se adequava como um objeto de estudo mais apropriado a um contexto de sociedades menos complexas, como as que eram de interesse de Durkheim (Farr, 1995). E esse não era o foco de Moscovici. Segundo ele:

As representações que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade sempre atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. (Moscovici, 2003: 48)

Ao buscar as representações de uma sociedade moderna, o psicólogo social precisou relevar, sobretudo, o seu pluralismo e a rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e sociais nela ocorrem. Portanto, a necessidade de criar um novo conceito a partir de uma mesma raiz, o qual fosse capaz de compreender esse pluralismo e a rapidez dessas mudanças em uma sociedade assim constituída. Dessa forma, ao pensar em representações sociais, ao invés de representações coletivas, Moscovici quis relevar um modo de pensamento social capaz de abordar frontalmente a pluralidade desse modo de organização do pensamento (ciência, ideologia, mito, etc), escapando da excessiva generalização inerente ao conceito de representações coletivas de Durkheim (Moscovici, 1978). De acordo com Moscovici, "para se lhe atribuir um significado determinado, é indispensável que se lhe retire o seu papel de categoria geral, referente ao conjunto de produções simultaneamente intelectuais e sociais" (*ibdem*: 42).

Por conseguinte, quando Moscovici cria o conceito de representações sociais o faz no sentido de diferenciá-lo dos demais modos de produção social do pensamento tais como a ciência, mito, ideologia, religião, etc., diferenciação essa consideravelmente relevante na sociedade contemporânea, na qual esses saberes são cada vez mais difusos e singularmente constituídos.

Logo, da grande generalização de representações coletivas como referente a todas as formas de pensamento social, a essencialidade para Moscovici de diferenciar essas formas de pensamento, criando para tanto o conceito de representações sociais que, mesmo se referindo a um pensamento socialmente produzido, não se remete à especificidade das formas de pensamento produzidas na ciência, no mito, na ideologia, etc.

Nesse sentido, segundo Moscovici (1978), uma representação é considerada social, mais em razão da função a que ela corresponde, do que das circunstâncias e entidades que ela reflete. Ele destaca ainda que uma representação se torna social na medida em que ela “contribui exclusivamente para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais” (p.77). Logo, as representações sociais são, ao mesmo tempo, *convencionais* e *prescritivas*:

Em primeiro lugar, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhe dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas [...] Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado (Moscovici, 2003: 34).

Moscovici afirma ainda que nenhuma mente está livre desses condicionamentos anteriores impostos por suas representações, linguagem e cultura, uma vez que “nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura” (2003: 35). Assim, vemos apenas o que as convenções nos permitem ver e somos inconscientes a essas.

Por um esforço a mais, algumas dessas convenções até podem se tornar conscientes, levando-nos a escapar de suas limitações às nossas percepções e pensamentos. Todavia, segundo Moscovici, não podemos nos libertar sempre de todas elas. Portanto, uma posição mais estratégica seria reconhecer esse condicionamento em razão do qual uma realidade é constituída para nós, buscando quando possível sua superação.

De igual maneira, as representações são *prescritivas*, ou seja, “elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (Moscovici, 2003: 36). Isso implica dizer que as representações partilhadas, ao penetrarem e influenciarem a mente de cada um, “não são pensadas por eles, melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas” (*ibidem*, p.37).

As representações sociais são, pois, impostas sobre nós. Elas são transmitidas e validadas por meio de elaborações e mudanças ao longo do tempo e da sucessão de gerações. De acordo com o Moscovici:

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (2003: 37).

As representações sociais revelam, assim, a natureza condicionada de nossas formas de pensamento, fortemente limitada por uma estratificação na memória e uma reprodução na linguagem, as quais são cada vez mais capazes de controlar a realidade do momento, à medida que recorrem a uma realidade de ontem e à continuidade que isso pressupõe. “O passado é mais real que o presente” (*ibidem*: 38).

Logo, a natureza convencional e prescritiva das representações sociais constitui, enfim, um ambiente real e concreto em razão do qual serão submetidos o novo, o diferente ou o não familiar no plano do universo consensual. E esse ambiente real e concreto se traduzirá como realidades inquestionáveis que serão preciso afrontar, considerando que “o peso de sua

história, costumes e conteúdo cumulativo nos confronta com toda a resistência de um objeto material” (*ibidem*: 40).

Por essa razão, Moscovici defini o procedimento das representações sociais no universo consensual como ações cuja finalidade é *tornar familiar o não familiar* (Moscovici, 2003). Segundo ele, “os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito” (2003: 54). Tudo o que passa pelas representações mais confirma e afirma as crenças e interpretações adquiridas do que as contradiz. A dinâmica das relações é marcada por um processo de familiarização, em que “os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (Moscovici, 2003: 55). Como consequência, “a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a realidade” (*ibidem*).

De acordo com Moscovici, o que não é familiar exerce sobre nós ao mesmo tempo um fascínio e um forte incômodo. Ele atrai e intriga na mesma medida em que alarma e obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são condição para o consenso. “O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado” (*ibidem*: 56). Por isso, quando estamos diante da alteridade, de algo que não é exatamente o que deveria ser, somos instintivamente levados a rejeitá-la porque ela ameaça a ordem estabelecida (*ibidem*). A representação é, neste sentido, um esforço de combater essa ameaça, buscando nas imagens, ideias e na linguagem, formas de tornar próximo esse estranho, de fazê-lo conhecido a partir desse repertório de um determinado grupo. Portanto, como afirma Moscovici, “o pensamento social deve mais à convenção e à memória do que à razão” (2003: 57).

Em síntese, o movimento do não familiar ao familiar na constituição de uma representação social, pode ser assim traduzido:

Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e idéias com as quais nós compreendemos o não-usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma

impressão segura de algo “já visto” (déjà vu) e já conhecido (déjà connu) (Moscovici, 2003: 58).

Esse movimento de compreensão do não usual compreende, por sua vez, dois processos específicos em sua constituição: *ancoragem* e *objetivação*. Segundo Moscovici, a ancoragem refere-se a um processo que “transforma algo estranho, perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos apropriada” (2003: 61). No momento dessa comparação com um paradigma já estabelecido, esse algo estranho acaba adquirindo características da categoria com a qual é comparado, sendo dessa forma, re-ajustado para que se enquadre.

Esse processo de enquadramento acontece, então, por meio de duas ações: pela classificação e pela nomeação. Ao classificar algo, o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras próprios de um grupo ou classe, estocado em nossa memória. Em outras palavras, o comparamos com um protótipo de algo que deva ser. Por outro lado, classificar implica, ao mesmo tempo, em nomear. Isso porque, “o que é anônimo, o que não pode ser nomeado, não se pode tornar uma imagem comunicável ou ser facilmente ligado a outras imagens” (*ibidem*: 66). Sem essa nomeação, o não familiar fica relegado ao plano da confusão, da incerteza e da inarticulação. Quando nomeada, entretanto, a coisa pode ser descrita - adquirindo certas características e tendências - e distinta - de outros objetos e pessoas -, tornando-se objeto de convenção entre os que adotam e partilham a mesma convenção (Moscovici, 2003).

Da mesma forma, o movimento de tornar familiar o não familiar implica ainda um processo de *objetivação*. Segundo Moscovici, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (2003: 71-72). Essa reprodução do conceito em imagem segue um contínuo cujo ápice está no momento em que tal imagem “é totalmente assimilada e o que é *percebido* substitui o que é *concebido*” (*ibidem*: 74, *grifos do autor*). Nesse instante, as imagens se tornam elementos da realidade, em vez de elementos do pensamento.

Ancoragem e objetivação são, pois, os dois processos por meio dos quais constituem-se as representações sociais a partir de um movimento de

tornar o não familiar em familiar. Esses dois processos, conforme constatamos, são ligados diretamente à memória. De acordo com Moscovici (2003), a primeira mantém a memória em movimento, é dirigida para dentro, num processo de retirar e colocar objetos, pessoas e acontecimentos, que ela irá classificar conforme um tipo e rotular com um nome. A segunda, direcionada para fora, tira conceitos e imagens para juntar e reproduzir no mundo exterior, para fazer conhecidas as coisas a partir do que já é conhecido (*ibdem*).

Esses dois processos e sua constituição específica nos leva a pensar a representação social e o movimento de tornar familiar o não familiar como uma ação do pensamento estritamente fundamentada na reprodução, ou seja, na submissão do não conhecido ao conhecido. Neste sentido, estaria implicada à representação social uma forte estratificação das concepções e conhecimentos, visto que a toda mudança, o pensamento reagiria com um processo de enquadramento e classificação a partir de arcabouços já constituídos.

Entretanto, Moscovici afirma que ao processo de tornar familiar o não familiar, está inerente, ao contrário, um movimento de *transformação* de representações já constituídas, isto porque, exatamente nas ações de ancoragem - ao se buscar submeter o não conhecido a uma classificação a partir de estruturas conhecidas - acontece ao mesmo tempo uma implicação do estranho sobre o conhecido, levando a uma reestruturação dos elementos que compõem esse familiar e o fazem reconhecido. Logo, a ancoragem não consiste simplesmente em um movimento unilateral de determinação do novo pelo já conhecido, mas também um retorno desse não usual sobre o usual de forma a trazer novos elementos, constituindo uma outra atmosfera social com a qual esse algo é compreendido.

O trabalho da representação social é, portanto, duplo. Por um lado, atenua as estranhezas, introduzindo-as num espaço comum, “provocando o encontro de visões, de expressões separadas e díspares que, num sentido se procuram” (Moscovici, 1978: 61). Por outro, “separa conceitos e percepções habitualmente associados, torna insólito o familiar” (*ibdem*), sem, contudo, esquecer o seu caráter de aproximação. Exatamente aí “reside o poder criador da atividade representativa: partindo de um repertório de saberes e

experiências, ela é suscetível de deslocá-los e combiná-los, para integrá-los aqui ou fazer com que se desintegram acolá” (*ibidem*: 62).

É possível falar assim, ao mesmo tempo, de criatividade e redundância das representações sociais, as quais na mesma medida em que retratam uma grande plasticidade, também refretem a sua não menor inércia. A princípio, uma contradição em termos, mas inevitável, segundo Moscovici: “é somente nessa condição que o mundo mental e real se torna sempre um outro e continua sendo um pouco o mesmo: o estranho penetra na brecha do familiar e este abre fissuras no estranho” (1978: 62).

## **5- Aspectos conclusivos**

Conforme afirmamos inicialmente, a grande motivação que nos levou a tratar as representações sociais em Moscovici surgiu de uma provocação a partir da filosofia deleuziana no que se refere à relação entre pensamento e representação. Essa provocação se constituía principalmente pelo fato do filósofo afirmar que não há pensamento quando há representação, isto é, que a representação é da ordem da reprodução, da instituição do mesmo e do já conhecido, enquanto que o pensamento é da ordem da criação, do novo, do diferente. Para se pensar, portanto, é necessário se livrar dos condicionamentos de uma representação. Em especial, essa concepção de Deleuze repercutia mais especificamente no status ou nas condições de possibilidade de produção do pensamento no senso comum. Para o filósofo, devido ao condicionamento inevitável do senso comum à representação, não seria possível considerar a sua capacidade de criação, de produção de um pensamento, mas simplesmente de reprodução de conhecimentos já produzidos por outros universos do saber.

Por outro lado, a singularidade de Moscovici se constituía exatamente por entrever, ao contrário, possibilidades de criação no universo consensual, ou seja, no senso comum, a partir justamente de sua gênese por meio das representações sociais. Aproximar o pensamento desses dois estudiosos significou, assim, compor um cenário de compreensão das representações e sua relação com o pensamento com base em concepções aparentemente

contraditórias, mas suficientemente capazes de problematizar essa compreensão. Tratou-se, então, de um desafio que exigiu disposição para enfrentar posicionamentos divergentes em suas grandes eloquências e acima de tudo sensibilidade para poder perceber como emerge desses posicionamentos divergentes e de áreas específicas, uma compreensão cada vez mais nítida e sólida do objeto a que nos propomos investigar.

Por conseguinte, pensar sobre as representações sociais em inserção com a filosofia deleuziana permiti perceber com mais precisão a complexidade a que se remete o conceito de representação e sua relação com a gênese do pensamento, além de fazer divisar a constituição de universos específicos de produção do conhecimento - a dizer os universos consensuais e os universos reificados, ou filosofia e senso comum.

Em relação a essa constituição de universos específicos, ficou claro que é preciso pensar em relações distintas entre pensamento e representação. Que no que se refere à filosofia - como de fato, o demonstra Deleuze, ratificado então, de certa forma, pelo trabalho minucioso e metódico de Moscovici - o pensamento apenas se efetiva ao escapar da representação. Não seria possível pensar em termos de ancoragem e objetivação, conforme observamos ao longo do artigo, a diferença em si mesma, livre de todo e qualquer condicionamento do já conhecido.

Por outro lado, no que se refere ao universo consensual - como bem argumenta Deleuze - o pensamento está a todo momento buscando submeter a diferença ao parâmetro do mesmo. O incômodo do novo, do estranho é sanado pela submissão às estruturas do já conhecido e internalizado. Moscovici não desconsidera isso, pelo contrário, demonstra por que meios e condições essa submissão se estabelece. Todavia, ele acaba por ir mais longe nesse sentido, ao entrever, em meio a esse cenário de reprodução e condicionamento, uma ação controversa do diferente sobre o mesmo. Logo, mesmo no universo consensual, em que se sabe, o pensamento por representação é um fato, até mesmo aí, o contato do diferente com o mesmo é capaz de produzir transformações sobre esse já conhecido. Ou seja, Moscovici entrevê algo que passou despercebido à Deleuze: mesmo no universo do senso comum, aonde predomina a representação, o contato com a diferença, de certa forma, é capaz de produzir criação, levando a transformações e

reposicionamentos desse já instituído, ou seja, mesmo aí, é impossível estar imune ao contato com a diferença e seu afrontamento sobre nós e nossas frágeis verdades constituídas.

### Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. (2000) **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34.

DELEUZE, Gilles. (2009) **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal.

FARR, Roberto M. (1995) “Representações sociais: a teoria e sua história”. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) (1995). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes.

MOSCOVICI, Serge (1978). **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. (2003) **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2011) **A invenção da sociedade: sociologia e psicologia**. Petrópolis, RJ: Vozes.

SÁ, Celso Pereira de. (1993) “Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria”. In: SPINK, Mary Jane (org.) (1993). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense.

*Maria Emanuela Esteves dos Santos*

Doutoranda e mestre em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de São

João del Rei - UFSJ. Desenvolve pesquisas na área de Educação com ênfase em Fundamentos da Educação, seus aspectos filosóficos e novas tecnologias e educação.

[manu\\_esteves@yahoo.com.br](mailto:manu_esteves@yahoo.com.br)

Faculdade de Educação/Unicamp.